

**A CONTRIBUIÇÃO DO ESTÁGIO EM SAÚDE  
MENTAL NO PROCESSO FORMATIVO DE  
ASSISTENTES SOCIAIS: UM RELATO DE  
EXPERIÊNCIA**

**THE MENTAL HEALTH INTERNSHIP'S CONTRIBUTION  
ON THE SOCIAL WORKER'S FORMATION PROCESS: AN  
EXPERIENCE NARRATIVE**

Mirelly Dantas da Costa<sup>1</sup>

Rivih Oliveira da Silva<sup>2</sup>

**RESUMO**

O presente artigo analisa dois campos de estágio curricular supervisionado na área da Saúde Mental no curso de graduação em Serviço Social da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) e busca compreender as contribuições que tal experiência possibilita para o processo de formação profissional do assistente social, também reflete sobre os limites e possibilidades da atuação profissional nos serviços de saúde mental. Os estágios foram realizados em dois Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) na Região Metropolitana da Baixada Santista nos períodos entre junho/2022 e dezembro/2023. Foi evidenciado a complexidade da atuação na saúde mental, onde a mesma se apresenta como expressão da complexa questão social no sistema capitalista, além das questões que atravessam a política de saúde mental como a falta de financiamento que afeta as estruturas e intervenção dos CAPS e os extensos limites e possibilidades existentes que permeiam a efetivação da política de saúde mental.

**Palavras-chave:** Saúde Mental; Serviço Social; Política de Saúde.

<sup>1</sup> Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal de São Paulo. Mestranda em Serviço Social e Políticas Sociais na Universidade Federal de São Paulo. Membro do Circuladô: Núcleo de Estudos em Saúde Coletiva, Saúde Mental e Relações Étnico-Raciais (CIRCULADÔ/UNIFESP). ORCID: 0009-0007-0675-7820. E-mail: mdcosta@unifesp.br

<sup>2</sup> Graduado em Serviço Social pela Universidade Federal de São Paulo. Mestrando em Serviço Social e Políticas Sociais na Universidade Federal de São Paulo. Membro do Núcleo de Estudos Heleieth Saffioti: gênero, sexualidades, feminismos e do Laboratório Interdisciplinar de Ciências Humanas Sociais e Saúde (LICHSS). ORCID: 0009-0009-5861-8173. E-mail: rivih.oliveira@unifesp.br

# A CONTRIBUIÇÃO DO ESTÁGIO EM SAÚDE MENTAL NO PROCESSO FORMATIVO DE ASSISTENTES SOCIAIS: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

## ABSTRACT

This article analyzes two fields of supervised curricular internship in the area of Mental Health in the undergraduate course in Social Work at the Federal University of São Paulo (UNIFESP) and seeks to understand the contributions that such experience makes possible for the social worker's professional training process, it also reflects about the limits and possibilities of professional performance in mental health services. The internships were carried out in two Psychosocial Care Centers (CAPS) in the Baixada Santista Metropolitan Region between June/2022 and December/2023. The complexity of mental health work was highlighted, where it presents itself as an expression of the complex social issue in the capitalist system, in addition to the issues that permeate mental health policy, such as the lack of funding that affects the structures and intervention of CAPS and the extensive limits and existing possibilities that permeate the implementation of mental health policy.

**Keywords:** Mental Health; Social Work; Health Policy.

## INTRODUÇÃO

O estágio configura parte essencial do processo formativo de todo profissional, independente da área. Demonstra um espaço de apreensão do fazer profissional e ocupa o lugar de extensão da sala de aula. Para Nicolau e Santos (2016, p. 382), o saber é transmitido no estágio como formação profissional que compõe conhecimentos teóricos, saberes interventivos, a imagem ideal da profissão e os valores que a legitimam e são acumulados no fazer profissional.

Na área do Serviço Social existe o distanciamento do saber e do fazer e a teoria é vista como descolada da prática. Como Nicolau e Santos afirmam, a formação do profissional não se resume ao conhecimento teórico (2016, p. 382). “A formação atualiza, em seus objetos, a história e o contexto, a experiência e a vivência de indivíduos e de grupos. Logo, integra uma modelização da prática mediatizada pelo trabalho” (Nicolau; Santos, 2016, p. 382). O

*Serviço Social & Realidade, Franca, v. 34, Fluxo contínuo (2025): Edição “A indissociabilidade entre teoria e prática no Serviço Social: tecendo conexões”.*

## **A CONTRIBUIÇÃO DO ESTÁGIO EM SAÚDE MENTAL NO PROCESSO FORMATIVO DE ASSISTENTES SOCIAIS: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA**

estágio se faz de grande importância no processo de construção das competências profissionais e aproximação da prática profissional. Todavia, “o estágio não é o único momento em que o aluno se aproxima do fazer profissional, mas pode ser a realidade de currículos de muitas unidades brasileiras de formação acadêmica” (Nicolau; Santos, 2016, p. 383).

Em regra, é a partir dessa vivência que o discente-estagiário passa a ter clareza da necessidade de uma metodologia que oriente a análise e a intervenção profissional, possibilitando, a partir da totalização do fenômeno, a compreensão da realidade em movimento, partindo de sucessivas aproximações, operando uma lógica de pensamento que passa das categorias mais simples para as mais complexas, reconhecendo, no reconstruir histórico e concreto dos processos sociais, suas múltiplas determinações (Nicolau; Santos, 2016, p. 383).

Dessa forma, o presente estudo possui o estágio curricular supervisionado em serviço social na área de saúde mental como foco investigativo. Buscando compreender as contribuições do estágio nos Centros de Atenção Psicossocial, serviço popularmente conhecido como CAPS, no processo formativo dos assistentes, processo este que incorpora não só o tripé ensino, pesquisa e extensão, mas também o projeto ético-político da profissão.

### **1. MATERIAL E MÉTODOS**

O estudo se estrutura numa pesquisa qualitativa e documental, cujas discussões provêm da análise da documentação produzida por dois discentes do curso de Bacharelado em Serviço Social da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) sobre seus respectivos campos de estágio: dois CAPS adulto de Santos e São Vicente/SP. A documentação, composta por planos de estágio, relatórios e relatos armazenados pela Comissão de Estágios de Serviço Social no Instituto de Saúde e Sociedade, é fruto direto da experiência teórica e prática vivenciada nos diversos campos de estágio.

A análise documental providenciou uma percepção da realidade da atuação dos assistentes sociais no CAPS, permeadas de limites institucionais e conjunturais, porém com

*Serviço Social & Realidade, Franca, v. 34, Fluxo contínuo (2025): Edição “A indissociabilidade entre teoria e prática no Serviço Social: tecendo conexões”.*

## **A CONTRIBUIÇÃO DO ESTÁGIO EM SAÚDE MENTAL NO PROCESSO FORMATIVO DE ASSISTENTES SOCIAIS: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA**

muitas possibilidades de transformação da realidade, em especial pelos Projetos de Intervenção, e efetivação do projeto ético-político que guia a profissão. O artigo organiza-se em três tópicos, iniciando pela discussão das questões de saúde mental serem também expressão da questão social, o objeto de trabalho dos assistentes sociais. Seguindo pela apresentação dos dois campos de estágio analisados e suas demandas. O artigo finda-se ao tratar os limites institucionais e conjunturais de atuação na saúde mental, além das possibilidades de intervenção profissional existentes.

### **2. RESULTADOS**

Com a Reforma Psiquiátrica e o surgimento dos CAPS, houve um aprimoramento no espaço sócio ocupacional do/a assistente social na área da saúde mental. A área da saúde mental é o campo cujo exprime como as contradições do modo de produção capitalista geram o adoecimento mental da classe trabalhadora, demonstrando a latência da saúde mental como expressão da questão social. É neste contexto que o assistente social atua, trabalhando na reinserção social da pessoa com transtornos mentais, promovendo o convívio comunitário e social, e viabilizando seus direitos expressos na Lei Antimanicomial.

O estágio curricular supervisionado em Serviço Social na Saúde Mental serve como espaço exemplar para a apreensão da realidade da efetivação da política de saúde mental, além de proporcionar a experiência sobre o cotidiano profissional necessária à formação do assistente social. Pela análise da documentação de estágio, foi possível perceber a carência da bagagem teórica sobre as políticas públicas de saúde mental, tornando o estágio o único espaço possível para arrecadar tal conhecimento antes da própria atuação no espaço sócio-ocupacional.

Dois CAPS diferentemente semelhantes compõem o universo dessa análise. O CAPS III Vila, encontra-se no Marapé e atende a população da Zona Intermediária do município de Santos, que apesar de possuir uma população, em sua maioria, branca e pertencentes a classe média, atende os usuários que tanto sofrem com as expressões da questão social. No outro

*Serviço Social & Realidade, Franca, v. 34, Fluxo contínuo (2025): Edição “A indissociabilidade entre teoria e prática no Serviço Social: tecendo conexões”.*

## **A CONTRIBUIÇÃO DO ESTÁGIO EM SAÚDE MENTAL NO PROCESSO FORMATIVO DE ASSISTENTES SOCIAIS: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA**

lado da ilha está o CAPS II Jardim Rio Branco, na área continental de São Vicente, que sobrevive com a falta de investimento da prefeitura, equipe mínima e demanda de cerca de 8 mil usuários. Os dois espaços com grande demanda e problemas infraestruturais que tornam a experiência do estágio desafiadora e, na mesma medida, recompensante.

O aprendizado durante o período dos estágios analisados, que contabilizam dois anos, materializa-se nos Projetos de Intervenção. Tais projetos são construídos com base em toda a experiência e inserção nos campos de estágio e, na UNIFESP, são exigências para o cumprimento do processo de Estágio em Serviço Social (ESS) na instituição. Assim, surge dos processos de estágio nos CAPS III Vila e CAPS II Jardim Rio Branco, respectivamente, os seguintes Projetos de Intervenção: a importância do lúdico para o cuidado da população usuária da rede de saúde mental e a intervenção artística e coletiva sobre a Gestão Autônoma da Medicação (GAM), prática de Redução de Danos.

Os CAPS, espaços sócio-ocupacionais do serviço social são, simultaneamente, lugar de intervenções pautadas na emancipação da classe trabalhadora e efetivação do projeto ético-político da profissão, todavia especialmente um campo de disputa de diferentes visões societárias onde contém a força institucional conservadora. Portanto, requer constante vigilância sobre a atuação profissional para que não deixe, em meio às demandas desgastantes do cotidiano, a força institucional ultrapassar o projeto ético-político que guia a atuação profissional.

Dessa forma, pode-se concluir que a experiência de estágio na área de saúde mental contribui significativamente na formação profissional do assistente social, na medida que é uma área que não é aprofundada na grade curricular. As questões de saúde mental, configurando uma expressão da questão social, não se manifesta apenas nos serviços de saúde mental, pois é multicausal e expande-se para os outros serviços, assim sendo essencial a sua apropriação pelos assistentes sociais para responder às demandas de seus usuários.

### **3. A SAÚDE MENTAL COMO EXPRESSÃO DA QUESTÃO SOCIAL**

*Serviço Social & Realidade, Franca, v. 34, Fluxo contínuo (2025): Edição “A indissociabilidade entre teoria e prática no Serviço Social: tecendo conexões”.*

## **A CONTRIBUIÇÃO DO ESTÁGIO EM SAÚDE MENTAL NO PROCESSO FORMATIVO DE ASSISTENTES SOCIAIS: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA**

A questão social, objeto de estudo e intervenção do Serviço Social, pode ser evidenciada como a contradição do capital e trabalho na sociedade capitalista. Carvalho e Yamamoto (1983, p. 77) definem a questão social como “[...] as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado”, enquanto Teles (1996, p. 85) complementa esta concepção ao afirmar que:

[...] a questão social é a aporia das sociedades modernas que põe em foco a disjunção, sempre renovada, entre a lógica do mercado e a dinâmica societária, entre a exigência ética dos direitos e os imperativos de eficácia da economia, entre a ordem legal que promete igualdade e a realidade das desigualdades e exclusões tramada na dinâmica das relações de poder e dominação (Teles, 1996, p. 85).

Não somente, mas as desigualdades sociais provenientes da contradição do processo de acumulação capitalista configuram as expressões da questão social. Dessa forma, sendo a questão social o objeto do Serviço Social, suas expressões, como a pobreza, a fome, o desemprego, etc., são os alvos da intervenção profissional. Todavia, na medida em que o sistema capitalista se expande, as expressões da questão social acompanham, tornando-se mais complexas e latentes.

O sofrimento e o adoecimento se instalam e escondem em zonas de precariedade, sendo formados por meio dos elementos da vida social e do trabalho, são considerados resultantes dos fatores socioeconômicos, desemprego, violência psicológica, processo de flexibilização e à precarização das condições de trabalho, fatores organizacionais, aspectos de gênero e contextos políticos, socioeconômicos e socioculturais, isto é, das expressões da questão social. Portanto, as desigualdades sociais podem agravar as condições de vida de pessoas com transtornos mentais, gerando exclusão e marginalização.

Como aponta Rosa (2008), na saúde mental, a questão social se expressa na exclusão das pessoas com transtornos mentais do convívio social e comunitário e do sistema reprodutivo pelo estigma social que adentra sua identidade como indivíduo, que é visto pela sociedade como uma pessoa incapaz e perigosa. Mesmo com a reforma psiquiátrica e a

***Serviço Social & Realidade, Franca, v. 34, Fluxo contínuo (2025): Edição “A indissociabilidade entre teoria e prática no Serviço Social: tecendo conexões”.***

## **A CONTRIBUIÇÃO DO ESTÁGIO EM SAÚDE MENTAL NO PROCESSO FORMATIVO DE ASSISTENTES SOCIAIS: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA**

reestruturação da assistência à saúde mental, o estigma relacionado aos transtornos mentais se mantém forte na sociedade brasileira. Efetivamente, não existem manicômios, mas as ideias acerca da pessoa com transtorno mental, que “justificavam” a internação compulsória e involuntária dessa população em manicômios perpetuam. O ideário de que são incapazes de conviver em sociedade, de que são “doidos” e fardos para todos. Esse estigma não só acomete a pessoa com transtorno, mas todos ao seu redor, seus familiares, as instituições psiquiátricas e os profissionais da saúde mental, como apresenta Rocha, Hara e Paprocki (2015, p. 595):

O estigma é o principal obstáculo para a recuperação e reabilitação, para melhor assistência psiquiátrica e melhor qualidade de vida daqueles que sofrem de transtorno mental, de seus familiares, da equipe que trata e cuida dele e da comunidade em torno do indivíduo. O estigma representa injustiça social que pode ser tão nefasta quanto a própria doença (Rocha; Hara; Paprocki, 2015, p. 595).

Trabalhando com a questão social na saúde mental, o/a assistente social compõe a equipe técnica interprofissional especializada em saúde mental, colaborando na construção do Projeto Terapêutico Singular (PTS), a principal estratégia dos CAPS, fazendo o acompanhamento dos usuários, realizando visitas domiciliares para compreender seu contexto social e familiar, fazendo a triagem de novos usuários do serviço, acolhendo os usuários, realizando os encaminhamentos necessários, dentre outras atribuições e competências com o objetivo de “[...] contribuir para que a Reforma Psiquiátrica alcance seu projeto ético-político” (CFESS, 2010, p. 41).

O/a assistente social na saúde mental tem uma atuação diferenciada dos outros técnicos por trabalhar especialmente com as famílias. Como afirma Iamamoto (2004, p. 39), “os assistentes sociais trabalham, certamente, com famílias, mas o fazem em um âmbito e com uma perspectiva distinta do psicólogo. Trabalhamos com famílias atuando no processo de viabilização dos direitos e dos meios de exercê-los”. As relações familiares são permeadas pelas relações sociais e expressões da questão, entender o contexto familiar do usuário possibilita construir um PTS que contemple a sua realidade e o trabalho com a família do usuário amplia as possibilidades de um tratamento efetivo com plena aderência.

***Serviço Social & Realidade, Franca, v. 34, Fluxo contínuo (2025): Edição “A indissociabilidade entre teoria e prática no Serviço Social: tecendo conexões”.***

## **A CONTRIBUIÇÃO DO ESTÁGIO EM SAÚDE MENTAL NO PROCESSO FORMATIVO DE ASSISTENTES SOCIAIS: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA**

Todavia, ao observar o campo de pesquisa do serviço social, é possível perceber a carência de produções acerca da atuação do assistente social na saúde mental. Quando se busca pelas mesmas em portais digitais de pesquisas como o Google Acadêmico, houve apenas 17 artigos encontrados e, voltando-se para os conselhos de classe, dentre as publicações do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), há apenas uma cartilha sobre saúde mental, da série Assistentes Sociais Contra o Preconceito. Neste cenário, há poucas formas de se obter conhecimento sobre o que é ser assistente social na saúde mental e o estágio se torna a grande possibilidade de se adentrar a este universo.

### **4. A EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO NOS CENTROS DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL**

A Política Nacional de Saúde Mental, disposta na Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001, também conhecida como Lei Antimanicomial, redireciona o modelo de assistência em saúde mental com o objetivo de superar o modelo asilar e hospitalocêntrico anterior, pautando o atendimento em saúde no cuidado psicossocial, humanidade, respeito aos direitos da pessoa com transtornos mentais e preservando sua autonomia e cidadania. Neste modelo, o objetivo permanente dos tratamentos e assistência à saúde é a reinserção social e comunitária das pessoas com transtorno mental. A Lei Antimanicomial fundamenta a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) que é o instrumento para o cuidado integral à saúde mental que integra o Sistema Único de Saúde (SUS) e é composta por diversos serviços como: os CAPS, as Unidades de Acolhimento (UAs), os Serviços de Residências Terapêuticas (SRTs), os Centros de Convivência e Cultura, entre outros. Também contemplam a RAPS a Atenção Básica e a Urgência e Emergência do SUS. A Atenção Básica tem um papel essencial na RAPS e articula com os CAPS a atenção e cuidado às pessoas com transtornos mentais, com a horizontalização do atendimento e reestruturação do atendimento em duas equipes: a equipe de referência das ESFs e a equipe de apoio matricial do CAPS que, segundo Campos e Domitti (2007, p. 400):

***Serviço Social & Realidade, Franca, v. 34, Fluxo contínuo (2025): Edição “A indissociabilidade entre teoria e prática no Serviço Social: tecendo conexões”.***

## **A CONTRIBUIÇÃO DO ESTÁGIO EM SAÚDE MENTAL NO PROCESSO FORMATIVO DE ASSISTENTES SOCIAIS: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA**

[...] são, ao mesmo tempo, arranjos organizacionais e uma metodologia para gestão do trabalho em saúde, objetivando ampliar as possibilidades de realizar-se clínica ampliada e integração dialógica entre distintas especialidades e profissões. (Campos; Domitti, 2007, p. 400)

Os CAPS, regulamentados pela Portaria nº 336, de 19 de fevereiro de 2002, oferecem atendimento às pessoas com sofrimento psíquico e com transtornos mentais graves e persistentes, além de necessidades decorrentes do uso de álcool e drogas. Os CAPS se diferenciam em razão da sua modalidade, que é determinada de acordo com seu porte, complexidade, abrangência populacional, público-alvo, horário de funcionamento e composição da equipe.

A territorialidade dos serviços, pertencente ao princípio da universalidade do SUS, impacta diretamente a funcionalidade dos mesmos, visto que a relação do serviço com o território e as particularidades do território tem influência na sua atuação. A análise documental das experiências de estágio refere-se à atuação em dois territórios próximos e distintos: as ilhas de São Vicente e Santos, localizadas na Região Metropolitana da Baixada Santista (RMBS) no estado de São Paulo.

O primeiro campo de estágio analisado, CAPS III Vila, fica localizado no município de Santos, no bairro do Marapé. O serviço pertence à Secretaria de Saúde. Tem como objetivo acolher os munícipes que requerem acompanhamento no âmbito da saúde mental e seus familiares. Os usuários são atendidos sob uma perspectiva territorial, são atendidos residentes da Zona Intermediária da cidade, composta pelos seguintes bairros: Campo Grande, Encruzilhada, Estuário, Jabaquara, Macuco, Marapé, Vila Belmiro e Vila Mathias. O acolhimento ocorre por demandas espontâneas ou via encaminhamento e seus serviços são ofertados por uma equipe multiprofissional.

Atualmente, a região conta com aproximadamente 21 mil habitantes. A população é majoritariamente branca, de classe média baixa e idosa. Entretanto, também há um número considerável da população jovem, uma vez que grande parte das universidades estão

***Serviço Social & Realidade, Franca, v. 34, Fluxo contínuo (2025): Edição “A indissociabilidade entre teoria e prática no Serviço Social: tecendo conexões”.***

## **A CONTRIBUIÇÃO DO ESTÁGIO EM SAÚDE MENTAL NO PROCESSO FORMATIVO DE ASSISTENTES SOCIAIS: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA**

concentradas na Zona Intermediária. Para mais, é importante ressaltar o contraste da situação socioeconômica da população usuária com o Produto Interno Bruto (PIB), que de acordo com um levantamento feito pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2022, Santos tem o 47º maior PIB do país, com 0,29%. Isto significa que é um tanto questionável a cidade, detentora do maior porto do continente latino-americano, possuir uma concentração de renda exorbitante e a realidade dos usuários do serviço ser completamente contrária.

No total, os CAPS possuem seis modalidades distintas, o CAPS Vila encontra-se na modalidade III, que tem como intuito atender pessoas em intenso sofrimento psíquico decorrente de problemas mentais graves e persistentes, incluindo casos relacionados ao uso decorrente de álcool e outras drogas, e outras situações clínicas que dificultam o estabelecimento de laços sociais e a realização de projetos de vida. Os CAPS pertencentes à modalidade III devem proporcionar serviços de atenção contínua, ou seja, com funcionamento 24 horas por dia, incluindo feriados e finais de semana. Entretanto, essa realidade não se aplica ao CAPS Vila, visto que havia relatos de usuários sobre o descontentamento em ter que ir embora ao final do dia ou não saberem para onde poderiam ir aos finais de semana ou feriados.

O CAPS III Vila conta com profissionais de diversas áreas, como assistentes sociais, psicólogos, enfermeiros, oficiais administrativos, farmacêuticos e médicos psiquiatras. Além disso, conta com profissionais terceirizados, que geralmente são os responsáveis pelos serviços de limpeza e de cozinha. Durante o período de estágio, tornou-se perceptível a falta de terapeutas ocupacionais no serviço, tanto pela necessidade por parte dos usuários quanto pelo fato de que a Portaria nº 336, de 19 de fevereiro de 2002, informa que no CAPS deve conter ao menos três profissionais de nível superior, estando o terapeuta ocupacional incluso.

Apesar da estrutura ser bem dividida, o local onde o CAPS III Vila encontra-se é pequeno, levando em consideração a quantidade de pessoas atendidas diariamente e o fluxo contínuo de pessoas que permanecem no serviço durante o seu período de funcionamento. São poucas salas para a realização de atendimentos e reuniões dos grupos. Além disso, possui apenas três banheiros, sendo dois destinados aos usuários e seus acompanhantes e um aos

***Serviço Social & Realidade, Franca, v. 34, Fluxo contínuo (2025): Edição “A indissociabilidade entre teoria e prática no Serviço Social: tecendo conexões”.***

## **A CONTRIBUIÇÃO DO ESTÁGIO EM SAÚDE MENTAL NO PROCESSO FORMATIVO DE ASSISTENTES SOCIAIS: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA**

funcionários e estagiários. Com isso, é notável que a questão da infraestrutura do CAPS III Vila é uma preocupação explícita.

Mesmo o território de Santos e São Vicente sendo popularmente conhecido apenas pela sua região insular, ambas as cidades possuem áreas continentais. O segundo campo de estágio analisado se encontra na área continental de São Vicente, região que aloca 150 mil habitantes, segundo a Prefeitura de São Vicente, e é historicamente negligenciada pelos governos. Esse descaso é expresso pela situação da Ponte dos Barreiros (oficialmente Ponte Jornal A Tribuna), que conecta a área continental à área insular do município, que em 2019 foi interditada pelo perigo de desabar, isolando a população da área continental, além da pequena quantidade de serviços públicos neste território.

A área continental de São Vicente só possui uma unidade de CAPS II que fica responsável por atender toda a população dos quase 30 bairros da região e conta atualmente com 8 mil prontuários abertos, segundo a documentação de estágio referenciada. Em comparação com a área insular do município, que possui quatro CAPS de diversos níveis de atendimento, percebe-se a superlotação de demandas que o CAPS II do Jardim Rio Branco é acometido, em especial por trabalhar com pouco mais da equipe mínima instaurada pela Portaria nº 366/02. A questão da infraestrutura também afeta a atuação do serviço. Não sendo reformada a anos, contendo apenas 4 consultórios para atendimento e sérios problemas de ventilação pela falta de ventiladores e obstrução das janelas pela construção ao lado, o serviço se mostra incapaz de atender devidamente a demanda dos 8 mil usuários cadastrados. Além de inviabilizar a retomada dos grupos, algo essencial no sistema de saúde e que foi pausado em decorrência da pandemia de COVID-19.

Muitos problemas percebidos neste serviço podem ser relacionados a falta de investimento na saúde pela Prefeitura de São Vicente e pela relação fragilizada entre a Secretaria de Saúde do município com o CAPS II Jardim Rio Branco. A área continental de São Vicente carece de investimentos para que os serviços públicos localizados neste território sejam de qualidade e atendam adequadamente às demandas da população. Desde julho de 2022 até o fim do período de estágio em meados de junho de 2023, o serviço sofre problemas

***Serviço Social & Realidade, Franca, v. 34, Fluxo contínuo (2025): Edição “A indissociabilidade entre teoria e prática no Serviço Social: tecendo conexões”.***

## **A CONTRIBUIÇÃO DO ESTÁGIO EM SAÚDE MENTAL NO PROCESSO FORMATIVO DE ASSISTENTES SOCIAIS: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA**

com a falta de médicos psiquiatras, visto que um deles, não estatutário, havia deixado o cargo e, meses após, a única médica psiquiatra atuante entrou de férias. A falta de psiquiatras afeta todo o fluxo de trabalho do serviço e essa falta de médico sobrecarrega os outros funcionários do serviço que tinham que arranjar soluções para os problemas causados pela carência de psiquiatria, enquanto a Secretaria de Saúde demorou para tomar providências sobre o assunto.

O território também delimita as demandas encontradas pelos serviços, que mudam ou se intensificam de acordo com a localidade. No CAPS II Jardim Rio Branco, as principais demandas da população envolvem o tratamento medicamentoso, o acompanhamento psiquiátrico, e o atendimento psicológico. Entretanto, a reabilitação e reinserção social da pessoa com transtorno mental não são alcançadas apenas pelo tratamento medicamentoso, mesmo sendo de muita importância. A população atendida no serviço demanda a participação em grupos e oficinas terapêuticas, o contato humano e social e realização de atividades recreativas que se mostra deveras eficaz na melhora e estabilização de casos de transtorno mental grave. Também é observado características da população atendida, que é majoritariamente formada por migrantes nordestinos de baixa renda que vieram para São Vicente em busca de melhores condições de vida e trabalho.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Estagiar no CAPS não é fácil, assim como a efetivação da Política de Saúde Mental brasileira não é fácil. Com o seu passado manicomial e constantes ataques pelos recentes Governos, desmontes e falta de investimento público, a política se torna um mero horizonte de um futuro possível e almejavél. Com a Reforma Psiquiátrica, fundamentada na Lei Antimanicomial nº 10.216 e fruto das lutas sociais, foi instaurado o novo modelo de atenção à saúde mental, libertando a sociedade brasileira dos manicômios. Trocou-se os hospícios pelos Centros de Atenção Psicossociais, as camisas de força pelos Projetos Terapêuticos Singulares, a prisão pela liberdade... teoricamente.

A Lei Antimanicomial afirma os direitos das pessoas com transtornos mentais

***Serviço Social & Realidade, Franca, v. 34, Fluxo contínuo (2025): Edição “A indissociabilidade entre teoria e prática no Serviço Social: tecendo conexões”.***

## **A CONTRIBUIÇÃO DO ESTÁGIO EM SAÚDE MENTAL NO PROCESSO FORMATIVO DE ASSISTENTES SOCIAIS: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA**

graves, os dá a humanidade que historicamente a eles foi privada. Humanidade esta que deve ser constantemente defendida, visto que a lei não muda a ordem societária vigente. Vive-se em uma sociedade que repulsa os diferentes, aqueles que não estão aptos, em sua lógica, a ser uma peça do grande maquinário capitalista e, portanto, os exclui, os marginaliza e os prende.

O trabalho do/a assistente social no CAPS ou em qualquer outro espaço institucional é direcionado de acordo com a política social local, enquanto “direito do cidadão e dever do Estado”, que deve detectar e priorizar as necessidades e formas de atendimento relacionados às áreas da saúde, educação, habitação, lazer, saneamento básico, entre outras. O/a assistente social deve estar atento quanto às demandas dos usuários, que são oriundas da questão social, com a realização deste processo de análise, é possível a viabilização dos direitos sociais e do acesso dos usuários às informações fundamentais para a garantia e efetivação dos direitos. Entretanto, devido ao desmonte que o campo da saúde mental tem sofrido nos últimos anos, essa garantia e efetivação tornam-se cada vez mais inviabilizadas.

O CAPS tem o intuito de promover a reinserção social de seus usuários, todavia a efetivação desse objetivo é permeada por diversas questões: a conjuntura atual e a intencionalidade dos profissionais inseridos nos serviços públicos.

O estágio supervisionado em serviço social no CAPS III Vila teve a duração de um semestre, mais precisamente de setembro a dezembro de 2023, durante o pouco tempo de vivência no serviço, foi possível perceber que grande parte dos usuários que buscavam benefícios socioassistenciais eram pessoas não brancas, corroborando com o que Gonçalves (2018) enuncia, “[...] que o nó da questão social, núcleo elementar da profissão, residia justamente na ofuscada questão racial”. A autora ainda reitera que a questão racial é alicerce da desigual distribuição de riquezas no emergente capitalismo brasileiro.

O CAPS II Jardim Rio Branco, na qual foi realizado o estágio supervisionado em serviço social por quase um ano, se localiza em um território marcado pelo isolamento sócio espacial. Sendo afastado da área insular da cidade de São Vicente, o território é afastado também dos investimentos públicos nos serviços e infraestrutura da região. Sua população é majoritariamente composta por migrantes das regiões norte e nordeste do país, vindos ao

***Serviço Social & Realidade, Franca, v. 34, Fluxo contínuo (2025): Edição “A indissociabilidade entre teoria e prática no Serviço Social: tecendo conexões”.***

## **A CONTRIBUIÇÃO DO ESTÁGIO EM SAÚDE MENTAL NO PROCESSO FORMATIVO DE ASSISTENTES SOCIAIS: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA**

sudeste em busca de melhores condições de vida e trabalho. Sendo o único CAPS da região, o CAPS II Jardim Rio Branco atende os 20 bairros que compõem o território da área continental, tendo atualmente 8.000 prontuários abertos, todavia o espaço do serviço é pequeno demais para suprir as demandas da população usuária. Não somente, esse grande número de usuários em um serviço que trabalha com uma equipe mínima sobrecarrega os trabalhadores da saúde.

Esses períodos de estágios possibilitaram a apreensão do cotidiano profissional do profissional de serviço social e visualizar como a política de saúde mental não é efetivada, em especial naqueles territórios afastados dos centros urbanos e das áreas nobres, que monopolizam os investimentos em serviços públicos e infraestrutura. Também me mostrou a triste realidade brasileira cujo trabalho na saúde mental adocece os profissionais, por ser uma política em constante desmonte e esquecida pelos governos federais e municipais. Enquanto estagiário/a da saúde mental, é possível se ver nesta mesma situação de adoecimento profissional pelo cotidiano corriqueiro, casos graves, constantes internações e falecimento de usuários.

Não somente, mas os espaços de atuação na saúde mental estão também sujeitos a disputas de projetos profissionais. Em todo espaço sócio ocupacional do serviço social existe uma correlação de forças, que disputam a intencionalidade da atuação profissional. Como afirma Faleiros (1987, p. 26):

A relação do profissional no processo de intervenção do Estado, na mediação estatal, é vista de maneira contraditória, possibilitando ao mesmo tempo um reforço do processo de acumulação e dominação, como um reforço e uma contribuição ao fortalecimento das organizações populares. (Faleiros, 1987, p. 26)

Dessa forma, no CAPS também há essa relação contraditória de visões de sociedade e a disputa entre uma intervenção profissional emancipadora e uma hegemônica. Realizar a intervenção profissional, segundo o projeto ético-político da profissão, pautada na autonomia e centralidade do sujeito no seu tratamento em um serviço cujas equipes técnicas possuem

***Serviço Social & Realidade, Franca, v. 34, Fluxo contínuo (2025): Edição “A indissociabilidade entre teoria e prática no Serviço Social: tecendo conexões”.***

## **A CONTRIBUIÇÃO DO ESTÁGIO EM SAÚDE MENTAL NO PROCESSO FORMATIVO DE ASSISTENTES SOCIAIS: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA**

uma posição conservadora, é desafiador.

Todavia, o campo da saúde mental, mesmo que complexo, é fértil de possibilidades de intervenção. No contexto dos estágios, aponta-se os projetos de intervenção, isto é “[...] o planejamento de um conjunto de ações coordenadas, que visem, mediante a intervenção, encontrar formas para melhorar o atendimento de demandas específicas” (Ize *et al.*, 2018, p. 12), como o espaço do exercício da prática profissional do assistente social. Assim como apresenta Ize *et al.* (2018, p. 9), “para o estudante de Serviço Social, o momento de elaboração do Projeto de Intervenção permite articular as dimensões teórico-metodológica com as dimensões técnico-operativas e ético-políticas da profissão”.

Segundo o Projeto Pedagógico Curricular (PPC) do curso de bacharelado em Serviço Social da UNIFESP, o ESS tem dentre seus objetivos “Qualificar o processo de ensino-aprendizagem do trabalho profissional que ocorre no âmbito da formação e da intervenção profissional” e que a realização do Projeto de Intervenção Profissional se realiza durante as Unidades Curriculares: Supervisão de Estágio III e Estágio Supervisionado III. Nos campos de estágio analisados, o Projeto de Intervenção foi central no processo de estágio dos estudantes, proporcionando experiências que se estenderão para a vida profissional.

No CAPS II Jardim Rio Branco, foi desenvolvido um Projeto de Intervenção articulado ao Grupo de Pesquisa e Extensão em Redução de Danos Diverso, ao propor uma inserção das práticas de GAM por meio de grupos e intervenções artísticas nas dependências do serviço. Já no CAPS III Vila, o Projeto de Intervenção desenvolvido foi sobre a importância do lúdico para o cuidado da população usuária da rede de saúde mental, foi elaborada uma oficina artística com o intuito de promover atividades lúdicas como uma estratégia de cuidado em saúde mental.

### **AGRADECIMENTOS**

Agradecemos à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela concessão da bolsa de mestrado para ambos os pesquisadores, cujo apoio

***Serviço Social & Realidade, Franca, v. 34, Fluxo contínuo (2025): Edição “A indissociabilidade entre teoria e prática no Serviço Social: tecendo conexões”.***

# A CONTRIBUIÇÃO DO ESTÁGIO EM SAÚDE MENTAL NO PROCESSO FORMATIVO DE ASSISTENTES SOCIAIS: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

financeiro foi fundamental para a realização deste trabalho.

## REFERÊNCIAS

A TRIBUNA. Santos tem o 47º PIB do País e Cubatão aparece em 69º lugar. *A Tribuna*, 17 dez. 2022. Disponível em:

<https://www.atribuna.com.br/cidades/santos-tem-o-47-pib-do-pais-e-cubat-o-aparece-em-69-lugar-1.42590>. Acesso em: 27 jul. 2024.

BRASIL. Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001. *Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental*. Diário Oficial Eletrônico, Brasília, DF, 9 abr. 2001, p. 2.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria GM/MS nº 336, de 19 de fevereiro de 2002. *Estabelece que os Centros de Atenção Psicossocial poderão constituir-se nas seguintes modalidades de serviços: CAPS I, CAPS II e CAPS III, definidos por ordem crescente de porte/complexidade e abrangência populacional*. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 9 fev. 2002b.

CAMPOS G. W. de S.; DOMITTI, A. C. Apoio matricial e equipe de referência: uma metodologia para gestão do trabalho interdisciplinar em saúde. *Caderno de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 2, p. 399-407, 2007.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. *Parâmetros para a atuação de assistentes sociais na política de saúde*. Brasília (DF), 2010. (Série: Trabalho e projeto profissional nas políticas sociais).

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. *Resolução CFESS nº 493/2006, de 21 de agosto de 2006*. Disponível em: [https://www.cfess.org.br/arquivos/Resolucao\\_493-06.pdf](https://www.cfess.org.br/arquivos/Resolucao_493-06.pdf). Acesso em: 18 de julho de 2024.

FALEIROS, V. de P. *Saber profissional e poder institucional*. São Paulo: Cortez, 1987.

GONÇALVES, R. Quando a *questão racial* é o nó da *questão social*. *Revista Katálysis*, v. 21, n. 3, p. 514-522, set./dez. 2018.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. São Paulo: Cortez, 1983.

IZE, A. R.; VILLAVICENCIO, J. L. S.; AHLERT, B.; CAZELA, M. C. P. *Projeto de*

***Serviço Social & Realidade, Franca, v. 34, Fluxo contínuo (2025): Edição “A indissociabilidade entre teoria e prática no Serviço Social: tecendo conexões”.***

## **A CONTRIBUIÇÃO DO ESTÁGIO EM SAÚDE MENTAL NO PROCESSO FORMATIVO DE ASSISTENTES SOCIAIS: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA**

*intervenção profissional do estágio obrigatório em serviço social: Pensando a formação no tempo presente. In: Anais do 16º Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social. ENPESS: Espírito Santo. 2018.*

ROCHA, F. L.; HARA, C.; PAPROCKI, J. Mental illness and stigma. *Revista Médica de Minas Gerais*, [S.L.], v. 25, n. 4, p. 590-596, 2015.

ROSA, L. C. S. A família como usuária de serviços e como sujeito político no processo de reforma psiquiátrica brasileira. *In: VASCONCELOS, E. M.; et al. Manual de ajuda e suporte mútuos em saúde mental*, 2008.

TELES, V. S. Questão Social: afinal, do que se trata?. *São Paulo em Perspectiva*, v. 10, n. 4, p. 85-95, out-dez/1996.17

***Serviço Social & Realidade, Franca, v. 34, Fluxo contínuo (2025): Edição “A indissociabilidade entre teoria e prática no Serviço Social: tecendo conexões”.***